



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

A Prefeitura Municipal de Passa Vinte -MG, através da Agente de Contratação Larissa de Almeida Arantes, designada pela **Portaria nº 001/2026**, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇO**, objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de Oxigênio e Recarga de Hélio Medicinal, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento as necessidades do Departamento Municipal de Saúde, conforme normas e condições definidas neste Edital e em seus anexos.

O procedimento licitatório será regido integralmente pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores, e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital.

A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Passa Vinte – MG, se adequarem à forma eletrônica.

Este edital será encontrado no sítio eletrônico oficial do Município (www.passavinte.mg.gov.br), além de ser disponibilizado pela Prefeitura Municipal a qualquer interessado, na sala de Licitações, situada na Praça Major Francisco Cândido Alves, número 150, Centro, Passa Vinte – MG. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte.

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES

Dia 20/02/2026, das 08h30min às 09h00min

ABERTURA DA SESSÃO

Dia 20/02/2026, às 09h00min

MODE DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: A sessão de processamento do Pregão será realizada na sala de licitações, localizada na Prefeitura Municipal, estabelecida Praça Major Francisco Cândido Alves, número 50, Centro, Passa Vinte – MG, e será conduzida pela Agente de Contratação a Sr^a. Larissa de Almeida Arantes, com o auxílio da Equipe de Contratação.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

CONSULTAS AO EDITAL: O Edital encontra-se à disposição, no Departamento de Licitações, nos horários de 08:00 às 17:00 horas, podendo ser adquirido no mesmo local mediante requisição, assim como no sítio eletrônico oficial do Município <http://www.passavinte.mg.gov.br>

ESCLARECIMENTOS: Junto a Agente de Contratação a Sr^a. Larissa de Almeida Arantes, no endereço acima citado, no horário de 08:00 às 17:00 horas para:

Em caso de dúvida, quer seja de caráter técnico ou legal na interpretação deste Edital, a proponente poderá encaminhar consultas formalmente a Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de entrega dos documentos.

Pedidos de informações poderão ser solicitados em até 03 (três) dias úteis antes da realização da sessão pública do certame.

Os pedidos de esclarecimentos deverão ser feitos por escrito, direcionados a Agente de Contratação e protocolados no Departamento de Licitações da Prefeitura.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de Oxigênio e Recarga de Hélio Medicinal, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento as necessidades do Departamento Municipal de Saúde, conforme normas e condições definidas neste Edital e em seus anexos.

1.2 - A licitação ser **MENOR PREÇO POR ITEM** constante do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que possuam objeto social compatível com o objeto licitado conforme CLÁUSULA TERCEIRA deste Edital.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de qualquer tipo de falha no tocante à proposta realizada pelo licitante ou pessoa por este autorizado.

2.3 - Será vedada a participação das empresas que:

2.3.1 - Não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.3.2 - Possuam em seus quadros servidores ou funcionários da Prefeitura Municipal de Passa Vinte - MG, inclusive na condição de sócio ou dirigente, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.2.1 - A vedação de que trata o item 2.3.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de Contratação, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.3.3 - Se encontrem em falência, dissolução ou liquidação;

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

2.3.4 - Estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda quaisquer que seja a sua forma de constituição;

2.3.5 - Estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso;

2.3.5.1 - O impedimento de que trata o item 2.3.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.6 - Seja autora do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.6.1 - O disposto no item 2.3.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.3.6.2 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.7 - Controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.8 - Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.9 - Sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.3.10 - Tenham sido declaradas inidôneas;

2.3.11 - Estrangeiras que não funcionem no país.

2.4 - Não será permitida a participação de pessoa física;

CLAUSULA TERCEIRA – DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento será realizado para todos os interessados que se fizerem presentes impreterivelmente no horário designado para abertura da sessão, não sendo, portanto, permitido o credenciamento e recebimento de envelopes, por qualquer participante, após esse horário.

3.2 - Para o CREDENCIAMENTO deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.2.1 - Tratando-se de representante sócio administrador:

- a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Estatuto social, contrato social, registro comercial ou outro instrumento de constituição, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

- c) Documento de identificação com foto;
- d) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo constante do **Anexo VII** deste Edital;
- e) Declaração de condição de ME ou EPP, para os casos das licitantes que se enquadrem nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo constante do **Anexo VI** do Edital.

3.2.2 - Tratando-se de representante procurador:

- a) Procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;
- b) Documento de identificação com foto.
- c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Estatuto social, contrato social, registro comercial ou outro instrumento de constituição, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- e) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo constante do **Anexo VII** do Edital;
- f) Declaração de condição de ME ou EPP, para os casos das licitantes que se enquadrem nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo constante do **Anexo VI** do Edital.
- g) Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

CLÁUSULA QUARTA – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - As propostas e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

4.1.1 - Primeiro envelope (ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA VINTE -MG
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE

Segundo envelope (ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA VINTE - MG ENVELOPE Nº 02
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE

4.2 - Os envelopes deverão ser apresentados no ato do credenciamento quando a licitante desejar se

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

fazer presente na sessão.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b) Número do processo e do Pregão;
- c) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação conforme o caso da marca/modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;
- d) Preço unitário, total e global do objeto, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, em caso de divergência entre os valores propostos serão considerados os valores unitários. O preço global da Proposta deverá ser escrito em algarismos e por extenso.
- e) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;
- f) A moeda a ser utilizada na proposta deverá ser a nacional, porém, somente será aceito o uso de duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).
- g) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

5.2 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

5.3 - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável, salvo os casos previstos em lei e devidamente comprovados.

5.4 - Caso a empresa proponente seja fabricante, fica desobrigada de mencionar a marca, devendo constar expressamente em sua proposta que se trata de fabricação própria.

5.5 - Nos preços indicados na proposta deverão estar computados todos os custos inerentes aos encargos financeiros e trabalhistas, fretes (CIF), cargas, descargas, despesas com embalagens, despesas com pessoal, impostos e quaisquer outros relacionados com o objeto do Edital, de modo que o valor proposto constitua a única e total contraprestação pelo fornecimento do objeto do presente certame.

5.6 - A Proposta de Preço deverá ser apresentada impressa, em papel timbrado da empresa ou no Modelo Padrão constante do **Anexo II** deste Edital, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras e entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada em todas as suas páginas pelo sócio da empresa ou representante devidamente qualificado, sob pena de desclassificação.

5.7 - Serão desclassificadas as Propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.8 - A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

6.1 - Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.1 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, **esta será de 180 (cento e oitenta) dias** corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

6.2 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **habilitação jurídica**

6.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.2 - Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme modelo no **Anexo VII**:

6.2.2.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

6.2.2.2 - Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

6.2.2.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

6.2.2.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.2.5 - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas conforme inc. IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021

6.2.2.6 - Que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA VINTE – MG, a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente.

6.2.3 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme modelo constante do **Anexo VII** do Edital.

6.2.4 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo VII**.

6.2.5 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo VI**.

6.2.6 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme modelo constante do **Anexo VI** do Edital.

6.3 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

6.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

6.3.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

6.3.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

6.3.4.1 - Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

6.3.5 - Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

6.3.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

6.3.7 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.3.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.3.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.4 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Qualificação Econômico-Financeira**:

6.4.1 - **Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

6.4.2 - Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

6.4.3 - **Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício** (demonstrações



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.4.3.1 - A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1 (um)
ILG maior ou igual a 1 (um)

6.4.3.2 - Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em Jornal; ou
- por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

6.4.3.3 - Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade–CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

6.4.3.4 - Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

referidos limitar-se-ão ao último exercício.

6.4.3.5 - O licitante que não alcançar os índices acima exigidos, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstração do Resultado do Exercício (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

6.4.5 Em se tratando de Microempreendedor individual, o mesmo é isento da apresentação do Balanço Patrimonial.

6.5 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **qualificação técnica**:

6.5.1 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante;

6.5.2 – O licitante deverá apresentar, para fins de habilitação, **Alvará de Localização e Funcionamento vigente**, expedido pelo órgão municipal competente, que comprove a regularidade do estabelecimento quanto ao exercício de suas atividades, em endereço compatível com o objeto desta licitação.

6.5.2.1 - O referido documento deverá estar válido na data de apresentação da proposta e demonstrar que a licitante encontra-se legalmente autorizada a exercer atividades compatíveis com o fornecimento, recarga, armazenamento e/ou distribuição dos produtos objeto deste certame, sob pena de inabilitação.

6.5.3 - O licitante deverá apresentar, cópia do **Alvará ou Licença Sanitária vigente**, expedido pela autoridade sanitária competente (Estadual ou Municipal, conforme o caso), que autorize o exercício das atividades pertinentes ao objeto desta licitação, inclusive recarga, armazenamento e fornecimento de gases medicinais (oxigênio e/ou hélio), conforme legislação sanitária aplicável.

6.5.3.1 -A ausência ou irregularidade deste documento implicará a inabilitação do licitante.

6.5.4 - Caso o licitante seja **fabricante e/ou envasador** dos gases medicinais objeto deste certame, deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, o **Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)** expedido pela **ANVISA**, válido e compatível com o objeto da licitação, demonstrando conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

6.5.4.1 - Na hipótese de o licitante ser **apenas distribuidor**, este deverá apresentar o CBPF emitido em nome da empresa fabricante da qual se dará a aquisição do produto;

6.5.5 - O licitante que não for o fabricante ou envasador direto dos gases medicinais deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, **contrato, instrumento de representação ou declaração formal de autorização para revenda/fornecimento**, celebrado com empresa fabricante devidamente habilitada (inclusive detentora do CBPF e demais autorizações legais).

6.5.5.1 - Tal documento deverá demonstrar que o licitante está autorizado a adquirir,

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

distribuir e fornecer os gases objeto deste certame, bem como assegurar a origem legal e sanitariamente regular dos materiais ofertados.

6.6 - Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

6.7 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, com vigência plena na data fixada para sua apresentação, ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos documentos extraídos pela Internet.

6.8 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados a Pregoeira ou à Equipe de Contratação para autenticação, no ato da abertura dos envelopes na sessão pública.

6.8.1 - Os documentos mencionados neste item não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

6.9 - Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo edital, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias até a data de sua apresentação.

6.10 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

6.11 - Serão inabilitadas as licitantes que tenham descumprido qualquer das exigências habilitatórias deste Edital ou de seus anexos, **ressalvadas as microempresas e empresas de pequeno porte que poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 62 Lei Complementar nº 123/2006 e 43 da Lei Complementar nº 147/2014.**

6.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

a) Todos os documentos deverão se encontrar vigentes, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

b) Os documentos para habilitação, cuja autenticidade não possa ser verificada via internet, deverão ser entregues em cópias devidamente autenticadas preferencialmente por cartório de notas ou atestada por advogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou ainda autenticadas por servidor público municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - No horário e local indicados no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do presente Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados presentes no horário designado, nos termos da CLÁUSULA TERCEIRA deste Edital.

7.2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão a Agente de Contratação os envelopes conforme estabelecido na CLÁUSULA QUARTA;

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

7.2.1- Não será recebido qualquer envelope após o horário designado para início da sessão, bem como não será realizado credenciamento de interessados que chegarem após esse horário.

7.3 - A Agente de Contratação procederá à abertura primeiramente dos Envelopes que contêm as Propostas de Preços, avaliando o cumprimento das condições exigidas no Edital.

7.4 - A Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.5 - A Agente de Contratação convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1 - Iniciada a etapa de lances, o uso de aparelhos celulares será restrito, salvo quando previamente autorizado pela Agente de Contratação.

7.5.2 - Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- I. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- II. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no §§ 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º -Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.5.3 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço. A aplicação do valor de redução entre os lances incidirá sobre o preço unitário do item.

7.7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, observado os casos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

7.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.9 - A Agente de Contratação poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.10 - Após a negociação, se houver, a Agente de Contratação examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.11 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº 02, contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.12 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) Substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.12.1 - A verificação será certificada pela Agente de Contratação e poderão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.12.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.13 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.14 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Agente de Contratação examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.15 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, em especial, as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal nº 147/2014.

7.16 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

7.17 - Em não havendo regularização da documentação, no prazo previsto no subitem do presente edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, a Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 - Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, a Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 - Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

8.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 - contiver vícios insanáveis;

8.6.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

exigido pela Administração;

8.6.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item 8.7, só será considerada após diligência da Agente de Contratação, que comprove:

8.7.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pela Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

CLÁUSULA NONA - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da apresentação da intenção de recurso cujo termo inicial será contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 - Os recursos deverão ser encaminhados a Agente de Contratação.

9.4 - O recurso será dirigido a Agente de Contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

9.5 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.6 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.7 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

9.10 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, ou ainda após do julgamento dos mesmos, a Agente de Contratação opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

9.10.1 - A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

9.11 - Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

9.12 - A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

9.13 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.14 - Os itens serão solicitados de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG, demandante e serão pagos somente os quantitativos efetivamente realizados/adquiridos ao longo da vigência da Contrato.

9.15 - A Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG, através do Departamento de Compras, adotará o seguinte procedimento durante a vigência da Contrato:

a) Emitirá Ordem de Serviços para aquisição dos produtos e/ou serviços solicitados, onde constará a quantidade, o produto, incluindo o responsável pelo recebimento e data da emissão.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

- b) Cópia da Ordem de Serviços será remetida ao Setor requisitante para acompanhar o fornecimento dos produtos e/ou serviços dentro dos prazos contratados.
- c) O Setor requisitante emitirá a certificação de aceite das encomendas solicitadas. Este aceite será parte do ajuste a ser feito quando do pagamento da fatura.
- d) Caso ocorram irregularidades no fornecimento, a Prefeitura Municipal penalizará o fornecedor nos termos dos artigos 155 a 162 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

10.2 - O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

10.3 - A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

10.4 - Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item 11.3 ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

10.5 - A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

10.6 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

10.7 - Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

10.8 - A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

10.9 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, devendo ser inclusive

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

reduzida a termo no respectivo processo.

10.10 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I. devolução da garantia;
- II. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III. pagamento do custo da desmobilização.

10.11 - Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

10.12 - A detentora da Ata de Registro de Preços terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

11.1.1 - Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

11.1.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

11.1.3 - Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

11.1.3.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.1.3.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

11.1.4 - Se ocorrer do preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.1.4.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

11.1.4.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

11.1.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.1.6 - O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

11.1.6.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.6.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.6.3 - Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

11.1.6.4 - Sofrer sanção prevista no art. 156º, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

11.1.7 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.1.7.1 - Por razão de interesse público; ou

11.1.7.2 - A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTRATO, DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

12.1 - O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

12.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

12.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

12.4 - O contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura.

12.4.1 - Se as assinaturas forem efetuadas de forma digital, o início da vigência será contado a partir da última assinatura digital que for registrada no contrato.

12.5 - Observado o disposto no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

12.6 - A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a entrega do objeto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

contratado.

12.6.1 - O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1 – Durante sua vigência, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro. Nestes casos, os valores poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 124, II “d” da Lei 14.133/2021;

13.1.1 – As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

13.2 – Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 3.3.90.30.00.2.06.01.10.301.0010.2.0044 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 - A Contratada que não cumprir as obrigações estabelecidas no presente Contrato e/ou Ata de Registro de Preço estará sujeita às sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

15.2 - O fornecimento dos gases medicinais e a disponibilização dos equipamentos em comodato serão solicitados conforme a necessidade do Município, mediante requisição formal emitida pelo Departamento Municipal de Saúde ou por servidor devidamente autorizado, conforme previsto no Contrato e/ou Ata de Registro de Preço.

15.2.1 - A Contratada deverá fornecer os gases medicinais e disponibilizar os equipamentos em comodato de forma adequada, segura e em conformidade com os padrões técnicos e regulamentações vigentes, garantindo a qualidade, a segurança e a integridade do fornecimento, sem falhas que possam comprometer o atendimento das unidades de saúde.

15.2.2 - O fornecimento e a instalação dos equipamentos, bem como a recarga de oxigênio e hélio medicinal, deverão ocorrer no município de Passa Vinte, em locais e horários previamente informados na requisição de fornecimento ou em documento equivalente.

15.2.3 - Em situações excepcionais e por motivos justificados, de comum acordo entre as partes, o fornecimento poderá ser realizado em prazo menor do que o habitual, a fim de evitar prejuízos à continuidade dos serviços de saúde do Município.

15.3 - A Prefeitura Municipal reserva-se o direito de não receber ou aceitar os gases medicinais e/ou

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

equipamentos que não estejam em conformidade com as especificações do instrumento convocatório, podendo, inclusive, rescindir o Contrato nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4 - A Contratada deverá observar todas as normas de segurança, transporte, armazenamento e utilização de gases medicinais, bem como as demais normas legais que regulamentem a comercialização e o manuseio do objeto contratado.

15.5 - O fornecimento do objeto poderá ocorrer de forma parcelada ou integral, durante o prazo de vigência do Contrato, conforme a conveniência da Prefeitura Municipal, mediante requisição formal emitida pelo Executivo Municipal ou por outro servidor designado para tal ato.

15.6 - Todos os materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, impostos, taxas, seguros, fretes, encargos trabalhistas e sociais, bem como quaisquer outros custos decorrentes do fornecimento e da execução do Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após a entrega/fornecimento do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada por servidor responsável pelo recebimento;

16.2 - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal e com os seguintes dados:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA VINTE

CNPJ nº 18.338.210/0001-50

Praça Major Francisco Cândido Alves, 150, Centro

CEP- 37.330-000 – Passa Vinte – MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

16.3 - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Prefeitura Municipal, que somente atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

16.4 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal.

16.5 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre o valor devido.

16.6 - Caso a Prefeitura Municipal antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

16.7 - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços, com suas alterações e regulamentações posteriores.

16.8 - No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida judicial constante do art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

16.9 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SANÇÕES

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1 - advertência;

17.2.2 - multa;

17.2.2 - impedimento de licitar e contratar e

17.2.2 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

que aplicou a penalidade.

17.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida conforme previsão contida na Lei nº 14.133/2021.

17.3.2 - as peculiaridades do caso concreto.

17.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

17.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

17.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1 - Para as infrações previstas no item 16.1, alíneas “a” e “b”, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.4.2 - Para as infrações previstas no item 16.1, alíneas “c” a “m”, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item 17.1, alíneas, “a”, “b” e “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no item 16.1, alíneas “d” a “m”, bem como pelas infrações administrativas previstas no item 16.1, alíneas “a”, “b” e “c” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

17.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1, alínea “c”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

17.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis,



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.15 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

17.16 - Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1 - A contratante poderá considerar rescindido o presente contrato de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial, sem que caiba à contratada qualquer direito, ressarcimento ou indenização, se esta:

- a) Entrar em liquidação, ser decretada ou entrar em concordata ou falência, dissolução ou insolvência.
- b) Paralisação total ou parcial da contratação por fatos de responsabilidade da contratada, por prazo superior a 05 (cinco) dias ininterruptos, salvo por motivo de força maior plenamente justificável e devidamente comprovado.
- c) Infringir qualquer cláusula ou condições deste instrumento.
- d) Não satisfazer as exigências da contratante, com relação à boa qualidade do objeto contratado, a serem apurados mediante prévia sindicância promovida pela municipalidade, com participação de usuários e servidores públicos, excluindo-se os membros efetivos e suplentes, responsável pela respectiva licitação.
- e) Incurrer nas sanções já citadas neste instrumento, além daquelas contidas na Lei 14.133/2021, naquilo que couber.
- f) Ceder ou transferir o presente contrato ou Contrato.
- g) Se for observado pela contratante que a contratada está se conduzindo dolosamente.
- h) Deixar de cumprir as determinações da fiscalização.
- i) Deixar de atender as providências de sua responsabilidade.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

j) Atrasar as justificativas quanto à paralisação dos serviços.

18.2 - O eventual atraso na execução dos serviços contratados não ensejará a rescisão contratual quando decorrente de casos excepcionais caracterizados como força maior, assim reconhecidos a critério da CONTRATANTE.

18.3 - A contratante poderá, caso não queira usar o seu direito de rescisão, intervir nos serviços contratados de maneira que melhor satisfaçam os seus interesses, hipótese em que a contratada pagará as despesas extras advindas na intervenção, bem como os prejuízos e danos que lhe acarretar.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador.

19.1.1 - O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

19.2 - Dos limites para as adesões

19.2.1 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

19.2.3 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – A Prefeitura Municipal de Passa Vinte - MG poderá cancelar de pleno direito à nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) Venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) For envolvida em escândalo público e notório;
- c) Quebrar o sigilo profissional;
- d) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal;
- e) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

20.2 - A Prefeitura Municipal poderá, por despacho fundamentado da Agente de Contratação e até a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

20.3 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito da Agente de Contratação, devidamente fundamentado.

20.4 - A nulidade do processo licitatório induz à do contrato.

20.5 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.

20.6 - A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.7 - Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

20.8 - É facultado à Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

20.9 - Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital deverá ser encaminhado por escrito a Agente de Contratação, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Passa Vinte.

20.10 - A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

20.11 - Os casos omissos serão dirimidos pela Agente de Contratação, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

20.12 - A Contratada deverá manter-se regular, com todos os documentos necessários à sua habilitação, durante toda a vigência contratual.

20.13 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo de Credenciamento;

Anexo IV – Minuta de Contrato;

Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preço

Anexo VI - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP);

Anexo VII – Modelo de Declaração Unificado

20.14 - Havendo divergência entre as informações constantes entre o edital e seus anexos,

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

prevalecerá as informações conforme estabelecidas no termo de referência.

20.15 - As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Aiuruoca - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Passa Vinte/MG, 04 de fevereiro de 2026

Larissa de Almeida Arantes
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E VALOR ESTIMADO

1.0 - DO OBJETO E NATUREZA DOS SERVIÇOS

1.1 - Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de Oxigênio e Recarga de Hélio Medicinal, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento as necessidades do Departamento Municipal de Saúde.

1.2 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que podem ser especificados de forma objetiva – por padrões usuais do mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.0 – ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	2114131377	CARGA DE GÁS HÉLIO 2M ³ , TIPO MEDICINAL - Recarga de gás hélio medicinal.	rec	15	1.801,47	27.022,05
0002	2114131379	CARGA DE GÁS MEDICINAL, 10M ³ - Recarga de gás medicinal.	rec	400	344,14	137.656,00
0003	2114131378	CARGA DE GÁS, TIPO OXIGÊNIO MEDICINAL TAMANHO 1M ³ - Recarga de gás oxigênio, tipo medicinal.	rec	200	160,83	32.166,00
0004	2114131376	CARGA DE GÁS, TIPO OXIGÊNIO MEDICINAL TAMANHO 2.25 ³ - Oxigênio medicinal gasoso.	rec	100	245,10	24.510,00
0005	2114137852	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal, com uma saída, equipada com manômetro para indicação da pressão e fluxômetro graduado para controle da vazão, destinada à regulação segura e precisa do fornecimento de oxigênio, indicada para uso em unidades de saúde, devendo possuir registro ou cadastro válido na ANVISA.	Unidade	20	723,94	14.478,80
0006	2114137851	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal, equipada com manômetro para indicação da pressão interna do cilindro. Possui duas saídas, permitindo a conexão simultânea de dispositivos médicos compatíveis, como fluxômetros e outros acessórios para oxigenoterapia. Indicado para uso em clínicas, consultórios, ambulatórios e demais unidades de saúde	Unidade	20	721,44	14.428,80

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

		que demandem controle preciso do fornecimento de oxigênio medicinal. O equipamento deverá possuir registro ou cadastro válido na ANVISA.				
--	--	--	--	--	--	--

Total Geral ==> 250.261,65

3.0 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **recarga de oxigênio e recarga de hélio medicinal**, com a concessão de equipamentos em comodato, em atendimento às demandas do **Departamento Municipal de Saúde**. Tal necessidade se justifica pela imprescindibilidade desses gases medicinais para o funcionamento seguro e eficiente das unidades de saúde do município, garantindo o suporte a pacientes que necessitam de terapias respiratórias e procedimentos médicos específicos que envolvem o uso de oxigênio e hélio medicinal.

O oxigênio medicinal é essencial no tratamento de diversas condições clínicas, incluindo insuficiência respiratória, situações de emergência e internações hospitalares em alas de UTI, pronto-socorro e enfermarias. Já o hélio medicinal possui aplicação reconhecida em terapias respiratórias, especialmente na redução do esforço respiratório em pacientes com obstruções das vias aéreas.

Além disso, a contratação com fornecimento em **comodato dos equipamentos necessários** permite que o município utilize os cilindros e demais dispositivos sem necessidade de investimento inicial na aquisição, assegurando a manutenção e o monitoramento técnico por parte da empresa fornecedora, em conformidade com normas de segurança e legislação vigente.

Diante do exposto, a contratação de empresa especializada justifica-se como medida indispensável para assegurar o atendimento adequado às demandas do Departamento Municipal de Saúde, contribuindo diretamente para a preservação da vida e a melhoria da qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

4 - REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá possuir comprovada aptidão técnica para executar os serviços nas características, quantidades e prazos previstos neste Termo de Referência.

4.2. Deverá possuir capacidade e disponibilidade para emissão de notas fiscais de serviços e produtos.

4.3. Todos os materiais, mão de obra, alimentação, bem como o transporte de equipamentos e instrumentos, além de impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada.

4.4. Nos casos de atividades sujeitas a licença ou autorização específica, caberá à empresa obter previamente;

4.5. A empresa deverá adotar práticas de sustentabilidade, incluindo o uso de equipamentos de menor consumo energético, logística reversa de materiais e respeito às normas ambientais vigentes, garantindo padrões mínimos de qualidade, eficiência e desempenho na execução dos serviços.

5.0 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. A Contratada deverá executar o objeto contratual em estrita observância às disposições deste Contrato, do Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços (quando aplicável) e da

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando-se às sanções legais e contratuais em caso de descumprimento.

5.2. O fornecimento dos gases medicinais (oxigênio e hélio medicinal), bem como a disponibilização, instalação e manutenção dos equipamentos cedidos em regime de comodato, ocorrerão conforme a necessidade do Município, mediante requisição formal emitida pelo Departamento Municipal de Saúde ou por servidor formalmente designado para tal finalidade.

5.3. A Contratada deverá fornecer os gases medicinais e disponibilizar os equipamentos em comodato de forma adequada, contínua, segura e eficiente, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e regulamentares vigentes, garantindo a qualidade, a segurança e a integridade do fornecimento, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades de saúde municipais.

5.4. O fornecimento dos gases medicinais, bem como a entrega, instalação e disponibilização dos equipamentos cedidos em regime de comodato, deverão ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição formal emitida pela Administração, por meio do Departamento Municipal de Saúde ou servidor devidamente autorizado.

5.4.1. Em situações de urgência ou emergência, devidamente justificadas, e mediante solicitação expressa da Administração e concordância entre as partes, o fornecimento poderá ser realizado em prazo inferior ao estabelecido no item anterior, de modo a garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde e evitar prejuízos ao atendimento da população.

5.5. Em situações excepcionais, devidamente justificadas, e de comum acordo entre as partes, o fornecimento poderá ocorrer em prazo inferior ao habitual, a fim de assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde e evitar prejuízos à população.

5.6. O fornecimento do objeto poderá ocorrer de forma parcelada ou integral, durante o prazo de vigência do Contrato, conforme a conveniência e a necessidade da Administração Pública, sempre mediante requisição formal.

5.7. A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à fabricação, recarga, transporte, armazenamento, manuseio e utilização de gases medicinais, incluindo as normas da ANVISA, do Ministério da Saúde, normas técnicas da ABNT e demais legislações correlatas.

5.8. Todos os materiais, equipamentos, insumos, mão de obra, transporte, alimentação, fretes, seguros, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, bem como quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários à perfeita execução do objeto contratual, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, não cabendo à Contratante qualquer ônus adicional.

5.9. A Contratada será integralmente responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, culpa ou dolo, relacionados à execução do objeto, independentemente da existência de fiscalização por parte da Contratante.

5.10. A execução dos serviços somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do Departamento Municipal de Saúde, por meio de servidor legalmente designado, observadas as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

5.11. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, devendo apresentar a documentação

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

comprobatória sempre que solicitada pela Administração.

5.12. Serão considerados como serviços não prestados aqueles que apresentarem irregularidades, não atenderem às especificações técnicas exigidas ou estiverem em desacordo com os prazos fixados pelo fiscal do contrato ou por autoridade superior.

5.13. Caso o serviço não seja regularizado no prazo estabelecido após notificação do setor responsável pela fiscalização, ou seja, definitivamente rejeitado, ficará caracterizado o descumprimento contratual, sujeitando a Contratada à aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste instrumento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.14. Somente serão aceitos os serviços e fornecimentos que estiverem em conformidade com as especificações constantes no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato, ficando sua aceitação condicionada à fiscalização e ao atesto do setor competente.

5.15. O objeto do Contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com as especificações exigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.16. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade civil da Contratada pela segurança, qualidade e adequada execução dos serviços, nem a responsabilidade ético-profissional, nos limites estabelecidos pela legislação aplicável.

5.17. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada perante a Administração Pública ou terceiros por quaisquer irregularidades verificadas posteriormente, não implicando corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes.

5.18. As alterações contratuais observarão os limites e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato sempre que comprovado o impacto decorrente de modificações unilaterais ou consensuais que afetem a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

6 - PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência estimado da contratação será de até 12 (doze) meses para Contrato e/ou Ata de Registro de Preço, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por até 12 meses conforme Lei 14.133/21, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme Estudo Técnico Preliminar.

7 – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Executar integralmente o objeto contratado, compreendendo o fornecimento de oxigênio e hélio medicinal, bem como a disponibilização, instalação, manutenção e retirada dos equipamentos cedidos em regime de comodato, em conformidade com as especificações do Edital, do Termo de Referência, do Contrato e da legislação vigente, observando rigorosamente os prazos, condições e locais definidos pela Administração.

7.2. Cumprir os prazos de entrega estabelecidos contratualmente, inclusive os prazos reduzidos em situações de urgência ou emergência, quando formalmente solicitados pela Administração, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e no contrato em caso de atraso ou descumprimento.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

7.3. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a aquisição e recarga dos gases medicinais, fornecimento e manutenção dos equipamentos em comodato, materiais, insumos, transporte, fretes, seguros, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, não cabendo à Contratante qualquer ônus adicional.

7.4. Assegurar que os gases medicinais fornecidos atendam integralmente aos padrões de qualidade, pureza e segurança exigidos pelas normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente aquelas expedidas pela ANVISA, Ministério da Saúde, ABNT e demais órgãos competentes, respondendo por quaisquer irregularidades constatadas.

7.5. Responsabilizar-se pela correta armazenagem, transporte, manuseio e entrega dos gases medicinais, bem como pela instalação e funcionamento seguro dos equipamentos cedidos em comodato, adotando todas as medidas necessárias para prevenir riscos à saúde, à segurança dos usuários e ao patrimônio público.

7.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, profissionais capacitados e devidamente habilitados para a execução dos serviços, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados por seus empregados, representantes ou prepostos, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre tais profissionais e o Município de Passa Vinte.

7.7. Responder integralmente por quaisquer danos, prejuízos ou perdas causadas à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, própria ou de seus empregados, representantes ou prepostos, relacionados à execução do objeto contratado, independentemente da fiscalização exercida pela Contratante.

7.8. Substituir, sem ônus adicional para a Administração, os gases medicinais, equipamentos ou serviços que apresentarem defeitos, irregularidades, desconformidades técnicas ou que sejam rejeitados pela fiscalização, no prazo estabelecido pela autoridade competente, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Cumprir todas as normas de segurança do trabalho, ambientais e sanitárias aplicáveis à execução do objeto, responsabilizando-se por eventuais danos pessoais, materiais ou morais causados a terceiros em decorrência do transporte, manuseio, instalação ou utilização dos gases medicinais e equipamentos fornecidos.

7.10. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a Contratada à aplicação das sanções administrativas, multas e demais penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

7.11 – **O PROMITENTE/FORNECEDOR** deverá:

- a) Executar os serviços conforme consta no Anexo I deste Edital (Termo de Referência);
- b) Substituir, por sua conta, no total ou em parte, os módulos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços e/ou de materiais empregados;
- c) Comunicar à Prefeitura de Passa Vinte qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- g) Permitir ao gestor do contrato fiscalizar os serviços que estiverem sendo executados prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

7.21 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do fornecedor para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

7.8 – O fornecedor deverá fornecer, a pedido da gestão do contrato e a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços. O mesmo deverá comunicar o Departamento Municipal de Saúde, com antecedência, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte;

7.9 - A existência da supervisão/fiscalização, não exime a responsabilidade da contratada, respondendo está, pelos métodos construtivos utilizados nos serviços/produtos, assim como pelos materiais neles empregados. De igual maneira, a contratada responde integralmente pela segurança na execução dos serviços.

7.10 - A CONTRATADA não será responsável:

7.10.1 - Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

7.10.2 - Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste edital e no Contrato/ e ou Ata de Registro de Preço a ser assinado com o Município de Passa Vinte;

7.10.3 – A Prefeitura Municipal de Passa Vinte não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

8 – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1 - O Município de Passa Vinte depois de encaminhada a Autorização de Fornecimento, comprometer-se - a:

8.1.1 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

8.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;

9 – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO - DOS DOCUMENTOS

9.1 - Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

9.1.1 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, **esta será de 180 (cento e oitenta) dias** corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

9.2 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **habilitação jurídica**

9.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.2 - Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme modelo no **Anexo VII**:

9.2.2.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

9.2.2.2 - Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

9.2.2.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

9.2.2.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.2.5 - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas conforme inc. IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021

9.2.2.6 - Que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA VINTE – MG, a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente.

9.2.3 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme modelo constante do **Anexo VII** do Edital.

9.2.4 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo VII**.

9.2.5 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo VI**.

10.2.6 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme modelo constante do **Anexo VI** do Edital.

10.3 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

10.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.3.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

10.3.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

10.3.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

10.3.4.1 - Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

10.3.5 - Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

10.3.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

10.3.7 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

10.3.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.3.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.4 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **Qualificação Econômico-Financeira**:

10.4.1 - Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

10.4.2 - Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

10.4.3 - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.4.3.1 - A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00
Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC	maior ou igual a 1(um)
ILG	maior ou igual a 1(um)

10.4.3.2 - Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em Jornal; ou
- por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

10.4.3.3 - Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade–CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

10.4.3.4 - Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

10.4.3.5 - O licitante que não alcançar os índices acima exigidos, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstração do Resultado do Exercício (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei

10.4.3.6 - **Em se tratando de Microempreendedor individual, o mesmo é isento da apresentação do Balanço Patrimonial.**

10.5 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à **qualificação técnica**:

10.5.1 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante;

10.5.2 – O licitante deverá apresentar, para fins de habilitação, **Alvará de Localização e Funcionamento vigente**, expedido pelo órgão municipal competente, que comprove a

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

regularidade do estabelecimento quanto ao exercício de suas atividades, em endereço compatível com o objeto desta licitação.

10.5.2.1 - O referido documento deverá estar válido na data de apresentação da proposta e demonstrar que a licitante encontra-se legalmente autorizada a exercer atividades compatíveis com o fornecimento, recarga, armazenamento e/ou distribuição dos produtos objeto deste certame, sob pena de **inabilitação**.

10.5.3 - O licitante deverá apresentar, cópia do **Alvará ou Licença Sanitária vigente**, expedido pela autoridade sanitária competente (Estadual ou Municipal, conforme o caso), que autorize o exercício das atividades pertinentes ao objeto desta licitação, inclusive recarga, armazenamento e fornecimento de gases medicinais (oxigênio e/ou hélio), conforme legislação sanitária aplicável.

10.5.3.1 -A ausência ou irregularidade deste documento implicará a inabilitação do licitante.

10.5.4 - Caso o licitante seja **fabricante e/ou envasador** dos gases medicinais objeto deste certame, deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, o **Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)** expedido pela **ANVISA**, válido e compatível com o objeto da licitação, demonstrando conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

10.5.4.1 - Na hipótese de o licitante ser **apenas distribuidor**, este deverá apresentar o CBPF emitido em nome da empresa fabricante da qual se dará a aquisição do produto;

10.5.5 - O licitante que não for o fabricante ou envasador direto dos gases medicinais deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, **contrato, instrumento de representação ou declaração formal de autorização para revenda/fornecimento**, celebrado com empresa fabricante devidamente habilitada (inclusive detentora do CBPF e demais autorizações legais).

10.5.5.1 - Tal documento deverá demonstrar que o licitante está autorizado a adquirir, distribuir e fornecer os gases objeto deste certame, bem como assegurar a origem legal e sanitariamente regular dos materiais ofertados.

10.6 - Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

10.7 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, com vigência plena na data fixada para sua apresentação, ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos documentos extraídos pela Internet.

10.8 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados a Pregoeira ou à Equipe de Contratação para autenticação, no ato da abertura dos envelopes na sessão pública.

10.8.1 - Os documentos mencionados neste item não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

10.9 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

pelo edital, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias até a data de sua apresentação.

10.10 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

10.11 - Serão inabilitadas as licitantes que tenham descumprido qualquer das exigências habilitatórias deste Edital ou de seus anexos, **ressalvadas as microempresas e empresas de pequeno porte que poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 62 Lei Complementar nº 123/2006 e 43 da Lei Complementar nº 147/2014.**

11 – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A Diretora do Departamento Municipal de Saúde, será a responsável pela fiscalização do contrato e/ou Ata de Registro de Preço, no que compete ao objeto, observando todos os aspectos contratados (prazos de execução, local de execução, observância acerca da qualidade dos serviços contratados, manutenção da relação inicial entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento e serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato).

11.2 - A fiscalização poderá exigir documentos e evidências que comprovem a conformidade dos serviços com as exigências do Termo de Referência.

11.3 - Qualquer irregularidade ou desconformidade deverá ser registrada pelo fiscal e comunicada formalmente à PRESTADORA DE SERVIÇOS para correção no prazo estabelecido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11.4 - A fiscalização não exime a responsabilidade integral da PRESTADORA DE SERVIÇOS pela execução adequada, segurança da estrutura e qualidade dos materiais empregados, inclusive perante terceiros.

11.5 - Todas as ocorrências relevantes deverão ser registradas no histórico da contratação, podendo ser exigida a participação da empresa no acompanhamento e solução das pendências.

12 – DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Passa Vinte -MG, por processo legal, mediante apresentação da Nota Fiscal e fatura.

12.2 - O pagamento será realizado em até 30 dias mediante emissão e apresentação de Nota fiscal, pela CONTRATADA, correspondente ao(s) serviços(s) e/ou produtos, efetivamente entregues(s), de acordo com a solicitação e com a necessidade do Departamento solicitante, sujeito(s) a verificação a ser realizada pelo responsável do setor.

12.3 - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela empresa vencedora da licitação, se a vencedora for a matriz a Nota Fiscal deverá ser emitida pela matriz, se for a filial a Nota Fiscal deverá ser emitida pela filial, sob pena de devolução da Nota Fiscal e o não pagamento da mesma.

12.4 - Caso haja quaisquer problemas na emissão da(s) nota(s), a(s) mesma(s) deverá (ao) ser trocada(s) e o prazo para pagamento só passa a contar a partir da data de sua correta reapresentação.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

12.5 - No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. A contratante poderá, se assim entender, descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à contratada.

13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 – As despesas necessárias à execução do serviço correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Municipal nº:

- 3.3.90.30.00.2.06.01.10.301.0010.2.0044 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

14 – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

14.1 - A empresa vencedora ficará responsável pela execução dos serviços no local e data pré estabelecida e informado junto a autorização de fornecimento (ordem de serviço);

Passa Vinte/MG, 04 de fevereiro de 2026.

Josiane da Cunha Seixas
Diretora do Departamento Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

Data:

Pregão Presencial nº 005/2026

À Prefeitura Municipal de Passa Vinte - MG

A/C: Sr.(a) Agente de Contratação.

Prezado(a) Senhor(a),

A sociedade empresária, com sede ou domicílio na Rua/Av....., inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº....., abaixo assinada por seu representante legal (no caso de sociedade empresária), interessada na participação do presente Pregão Presencial 005/2026, propõe a esse Município o serviço do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	2114131377	CARGA DE GÁS HÉLIO 2M ³ , TIPO MEDICINAL - Recarga de gás hélio medicinal.	rec	15			
0002	2114131379	CARGA DE GÁS MEDICINAL, 10M ³ - Recarga de gás medicinal.	rec	400			
0003	2114131378	CARGA DE GÁS, TIPO OXIGÊNIO MEDICINAL TAMANHO 1M ³ - Recarga de gás oxigênio, tipo medicinal.	rec	200			
0004	2114131376	CARGA DE GÁS, TIPO OXIGÊNIO MEDICINAL TAMANHO 2.25 ³ - Oxigênio medicinal gasoso.	rec	100			
0005	2114137852	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal, com uma saída, equipada com manômetro para indicação da pressão e fluxômetro graduado para controle da vazão, destinada à regulagem segura e precisa do fornecimento de oxigênio, indicada para uso em unidades de saúde, devendo possuir registro ou cadastro válido na ANVISA.	Unidade	20			

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

0006	2114137851	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal, equipada com manômetro para indicação da pressão interna do cilindro. Possui duas saídas, permitindo a conexão simultânea de dispositivos médicos compatíveis, como fluxômetros e outros acessórios para oxigenoterapia. Indicado para uso em clínicas, consultórios, ambulatorios e demais unidades de saúde que demandem controle preciso do fornecimento de oxigênio medicinal. O equipamento deverá possuir registro ou cadastro válido na ANVISA.	Unidade	20			
------	------------	--	---------	----	--	--	--

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação (representante legal)

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº....., sediada/domiciliada na, cidade de, estado, telefone(s), e-mail para contato, neste ato representada pelo (a) Sr(a) portador da cédula de identidade RG, residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à, portador da cédula de identidade RG, e inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Passa Vinte - MG, no **Pregão Presencial nº 005/2026**, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

....., de de 2026.

Outorgante

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

Contrato QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE PASSA VINTE e a
SOCIEDADE EMPRESÁRIA

O Município de Passa Vinte -MG, com sede na Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, neste ato representado pela Srª Josiane da Cunha Aeixas, Diretora do Departamento Municipal de Saúde, doravante denominado CONTRATANTE, inscrito no CNPJ sob o nº 18.338.210/0001/-50, e a empresa, doravante denominada CONTRATADA, com sede/domicílio(endereço completo), inscrito no CNPJ/CPF sob o nº neste ato representado pelo Sr. (nome, nacionalidade, estado civil, profissão) ajustam o presente CONTRATO nos termos das Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, de acordo com os termos do edital de licitação, modalidade Pregão Presencial nº 005/2026, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, juntamente com a proposta apresentada pelo CONTRATADO datada de/..... /....., ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de Oxigênio e Recarga de Hélio Medicinal, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento as necessidades do Departamento Municipal de Saúde, conforme Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR

2.1. Dá-se ao presente instrumento o valor de R\$(.....), perfazendo mensalmente a importância de R\$ (.....) de acordo com a proposta apresentada pelo CONTRATADO que é parte integrante deste instrumento.

2.2 -

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	2114131377	CARGA DE GÁS HÉLIO 2M³, TIPO MEDICINAL - Recarga de gás hélio medicinal.	rec	15			
0002	2114131379	CARGA DE GÁS MEDICINAL, 10M³ - Recarga de gás medicinal.	rec	400			

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

0003	2114131378	CARGA DE GÁS, TIPO OXIGÊNIO MEDICINAL TAMANHO 1M ³ - Recarga de gás oxigênio, tipo medicinal.	rec	200			
0004	2114131376	CARGA DE GÁS, TIPO OXIGÊNIO MEDICINAL TAMANHO 2.25 ³ - Oxigênio medicinal gasoso.	rec	100			
0005	2114137852	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal, com uma saída, equipada com manômetro para indicação da pressão e fluxômetro graduado para controle da vazão, destinada à regulagem segura e precisa do fornecimento de oxigênio, indicada para uso em unidades de saúde, devendo possuir registro ou cadastro válido na ANVISA.	Unidade	20			
0006	2114137851	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal, equipada com manômetro para indicação da pressão interna do cilindro. Possui duas saídas, permitindo a conexão simultânea de dispositivos médicos compatíveis, como fluxômetros e outros acessórios para oxigenoterapia. Indicado para uso em clínicas, consultórios, ambulatórios e demais unidades de saúde que demandem controle preciso do fornecimento de oxigênio medicinal. O equipamento deverá possuir registro ou cadastro válido na ANVISA.	Unidade	20			

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado, de acordo com o serviço previsto no Anexo I. Após a apresentação do documento de cobrança pelo CONTRATADO, a critério do CONTRATANTE, o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias a partir do aceite da documentação fiscal pelo MUNICÍPIO.

3.2 - Os pagamentos serão efetuados, de acordo com a execução do objeto previsto no anexo I. Após a apresentação do documento de cobrança pelo CONTRATADO, a critério do CONTRATANTE, o pagamento poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias a partir do aceite da documentação fiscal pelo MUNICÍPIO.

3.3 - Na eventualidade do CONTRATADO paralisar a execução do objeto previsto no anexo I, por qualquer motivo, também serão suspensos os pagamentos ainda não realizados.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas com o objeto desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária:

- 3.3.90.30.00.2.06.01.10.301.0010.2.0044 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1 - O prazo de vigência do contrato será de () meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 - A Contratada deverá executar integralmente o objeto contratual, compreendendo o fornecimento de gases medicinais (oxigênio e hélio medicinal), bem como a disponibilização, instalação, manutenção e retirada dos equipamentos cedidos em regime de comodato, em estrita observância às disposições deste Contrato, do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços (quando aplicável) e da legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 - O fornecimento dos gases medicinais e a disponibilização dos equipamentos ocorrerão conforme a necessidade da Administração Pública, mediante requisição formal emitida pelo Departamento Municipal de Saúde ou por servidor legalmente designado, sendo vedada a execução dos serviços sem autorização expressa.

6.3 - O fornecimento dos gases medicinais, bem como a entrega, instalação e disponibilização dos equipamentos em comodato, deverão ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da requisição formal.

6.3.1 - Em situações de urgência ou emergência, devidamente justificadas e formalmente solicitadas pela Administração, o fornecimento poderá ocorrer em prazo inferior ao estabelecido no item anterior, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde e evitar prejuízos à população.

6.5 - O fornecimento do objeto poderá ocorrer de forma parcelada ou integral, durante a vigência do contrato, conforme a conveniência e a necessidade da Administração, sempre mediante requisição formal.

6.6 - A Contratada deverá fornecer os gases medicinais e disponibilizar os equipamentos de forma contínua, adequada, segura e eficiente, garantindo a qualidade, a segurança e a integridade do fornecimento, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades de saúde municipais.

6.7 - A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas técnicas, sanitárias e regulamentares aplicáveis à fabricação, recarga, transporte, armazenamento, manuseio e utilização de gases medicinais, especialmente aquelas expedidas pela ANVISA, pelo Ministério da Saúde, pela ABNT e demais órgãos competentes.

6.8 - Todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo materiais, insumos, mão de obra, transporte, fretes, seguros, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, não cabendo à Contratante qualquer ônus adicional.

6.9 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, profissionais capacitados e devidamente habilitados, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados por seus empregados, representantes ou prepostos, inexistindo qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

6.10 - A Contratada será integralmente responsável por quaisquer danos, prejuízos ou perdas causadas à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, própria ou de seus empregados, representantes ou prepostos, relacionados à execução do objeto, independentemente da existência de fiscalização por parte da Contratante.

6.11 - A Contratada deverá substituir ou corrigir, sem ônus adicional para a Administração e no prazo fixado pela autoridade competente, os gases medicinais, equipamentos ou serviços que apresentarem defeitos, irregularidades, desconformidades técnicas ou que forem rejeitados pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.12 - Serão considerados como não prestados os serviços ou fornecimentos que apresentarem irregularidades, não atenderem às especificações técnicas exigidas ou estiverem em desacordo com os prazos estabelecidos, podendo ser rejeitados no todo ou em parte pela Administração.

6.13 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade civil, administrativa ou ético-profissional da Contratada pela segurança, qualidade e adequada execução dos serviços, nem a responsabilidade por irregularidades verificadas posteriormente.

6.14 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela Administração.

6.15 - A Contratada deverá permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual pelo gestor ou fiscal designado, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

6.16 - A Contratada deverá comunicar imediatamente ao Departamento Municipal de Saúde qualquer fato ou condição que possa atrasar, interromper ou comprometer a execução do objeto, total ou parcialmente.

6.17 - É vedada a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, fabricantes, técnicos ou quaisquer outras entidades, permanecendo aquela como única responsável pela execução do objeto.

6.18 - O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a Contratada à aplicação das sanções administrativas, multas e demais penalidades previstas no edital, neste contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.19 - As alterações contratuais observarão os limites e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato sempre que comprovado o impacto decorrente de modificações que afetem a equação originalmente pactuada.

6.20 – Além das responsabilidades previstas nesta cláusula, obriga-se, ainda, o CONTRATADO a:

- a) Não transferir a terceiros, ou subcontratar, o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
- b) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração que ocorra na sua constituição jurídica.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, as cópias das guias de recolhimento dos encargos previdenciários, devidamente autenticadas, em sendo pessoa jurídica.
- d) Manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação exigidas.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

6.21 - O descumprimento total ou parcial deste contrato, a execução parcial ou a inexecução do objeto licitado, resguardado o direito de defesa, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções ao CONTRATADO:

- a) Advertência, para pequenos atrasos na execução do contrato, não podendo estes ser superior a 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Multa moratória de 5% (cinco por cento) do valor contratado, sem prejuízo da rescisão do contrato, por cada infração cometida.
- c) Multa rescisória no valor de 1% (um por cento) do valor do contrato.
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, por prazo não superior a 3(três) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA por período que poderá variar entre 3(três) a 6(seis) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1 – São responsabilidades do CONTRATANTE:

7.1.1 - Efetuar os pagamentos nos respectivos vencimentos.

7.1.2 - Atender às condições de suas responsabilidades previstas nos documentos, que, como anexos, integram este instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – O objeto licitado será fiscalizado por servidor ou empresa expressamente designada pelo CONTRATANTE que, entre outras atribuições, atestará a realização do objeto em conformidade com o previsto neste instrumento.

8.2 – A FISCALIZAÇÃO fica impedida de atestar a realização do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas, sem prejuízo das exigências estabelecidas pelos órgãos oficiais que fiscalizam o segmento.

8.3 – O objeto realizado em desacordo com as especificações previstas no item anterior, não impede a ação fiscal posterior e a retenção de pagamentos.

8.4 – A fiscalização fica impedida de encaminhar para pagamento documentos de cobrança (duplicata, nota fiscal ou similar) que não atendam rigorosamente às condições previstas neste instrumento e na legislação, sendo certo que qualquer tolerância ou mesmo a inobservância do procedimento ora estabelecido não representará novação ou alteração do que ficou pactuado.

8.5 – Qualquer entendimento entre a fiscalização e o CONTRATADO será sempre por escrito, não sendo levada em consideração, para nenhum efeito, qualquer alegação fundada em ordens ou declarações verbais.

8.6 – A fiscalização é exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui ou reduz a responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, as quais, se verificadas, não implicarão em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

8.7 – A atuação ou ausência total ou parcial da fiscalização em nada diminui a responsabilidade do CONTRATADO na execução do objeto.

CLÁUSULA NONA - DAS EXONERAÇÕES DE RESPONSABILIDADES

9.1 – As partes não serão responsáveis pelo inadimplemento que resultar de caso fortuito ou de força maior, assim entendidos os fenômenos naturais, tais como inundações e outros, ou circunstâncias alheias às vontades das partes, imprevisíveis, sempre na medida em que impeçam ou retardem o cumprimento das respectivas obrigações.

9.2 – A parte cuja prestação seja impedida ou retardada por quaisquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá comunicar e provar a ocorrência a outra parte, imediatamente e por escrito, expondo-lhe as razões pelas quais está compelida a sustar ou retardar a execução do pactuado.

9.3 - Cessado o impedimento, retorna-se à execução do objeto, prorrogando-se o prazo contratual pelo número de dias de sua paralisação, ressalvado ao CONTRATANTE a faculdade de rescindir o contrato, caso tal período tenha sido superior a 10% (dez por cento) do prazo pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1 – Durante sua vigência, os preços registrados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro. Nestes casos, os valores poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico- financeiro do contrato, na forma do art. 124, II “d” da Lei 14.133/2021;

10.2 – As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

10.3 – Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

10.4 – O Contrato, no caso de variação de preços, poderá ser reequilibrado mediante comprovação da variação de preços apresentada pelo contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 – A rescisão se fará pelas formas e condições previstas no art. 138 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, ao CONTRATANTE fica reservado o direito de crescer ou reduzir, mediante autorização específica, o objeto do presente instrumento, estipulando, na ocasião, preços, prazos e todos os demais elementos indispensáveis à perfeita caracterização da alteração, o que se fará por termo aditivo assinado pelas partes.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

12.2 – O não exercício pelas partes de qualquer dos direitos contratuais ou legais, representará ato de mera tolerância e não implicará, com relação a esse instrumento, novação quanto a seus termos ou renúncia ou desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 – Fica eleito o foro da comarca de Aiuruoca/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja como competente para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste instrumento.

E, por estarem justos e acordados as partes assinam o presente instrumento, digitado e impresso em 3 (três) vias de igual forma e teor, para um só efeito e para todos os fins de direito, na data adiante mencionada, juntamente com as testemunhas abaixo.

Passa Vinte/MG, _____ de _____ de 2026.

Prefeitura Municipal de Passa Vinte
CNPJ 18.338.210/0001/-50
Contratante

Contratada
CNPJ
Representante da empresa
CPF

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº XX/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

OBJETO: O Registro de preços visando a Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de Oxigênio e Recarga de Hélio Medicinal, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento as necessidades do Departamento Municipal de Saúde, conforme Edital e seus Anexos.

Aos dias, XXX de XXX de 2026, o MUNICÍPIO DE PASSA VINTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.338.210/001-50, com sede na Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, representado neste ato pelo Diretor do Departamento Municipal de Turismo e Cultura, doravante denominado de ÓRGÃO GERENCIADOR.

Detentoras da Ata de Registro de Preços:

RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda, S.A, ME etc.), endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda, S.A, ME etc.), endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

As partes acima elencadas RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL acima referenciado, cujo objeto é: O Registro de preços visando a Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de Oxigênio e Recarga de Hélio Medicinal, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento as necessidades do Departamento Municipal de Saúde, conforme Edital e seus Anexos, partes integrantes do presente Edital e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame do Pregão Presencial nº 005/2026 realizado em / /2026, conforme ata de sessão, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Presencial nº 005/2026, acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de XXX de XXX de 2026, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O Registro de preços visando a Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de Oxigênio e Recarga de Hélio Medicinal, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento as necessidades do Departamento Municipal de Saúde conforme Edital e seus Anexos.

1.1.1 –

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	2114131377	CARGA DE GÁS HÉLIO 2M ³ , TIPO MEDICINAL - Recarga de gás hélio medicinal.	rec	15			
0002	2114131379	CARGA DE GÁS MEDICINAL, 10M ³ - Recarga de gás medicinal.	rec	400			
0003	2114131378	CARGA DE GÁS, TIPO OXIGÊNIO MEDICINAL TAMANHO 1M ³ - Recarga de gás oxigênio, tipo medicinal.	rec	200			
0004	2114131376	CARGA DE GÁS, TIPO OXIGÊNIO MEDICINAL TAMANHO 2.25 ³ - Oxigênio medicinal gasoso.	rec	100			
0005	2114137852	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal, com uma saída, equipada com manômetro para indicação da pressão e fluxômetro graduado para controle da vazão, destinada à regulagem segura e precisa do fornecimento de oxigênio, indicada para uso em unidades de saúde, devendo possuir registro ou cadastro válido na ANVISA.	Unidade	20			
0006	2114137851	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal, equipada com manômetro para indicação da pressão interna do cilindro. Possui duas saídas, permitindo a conexão simultânea de dispositivos médicos compatíveis, como fluxômetros e outros acessórios para oxigenoterapia. Indicado para uso em clínicas, consultórios, ambulatórios e demais unidades de saúde que demandem controle preciso do fornecimento de oxigênio medicinal. O equipamento deverá possuir registro ou cadastro válido na ANVISA.	Unidade	20			

1.2 - O Município e seu Departamento não se obrigam a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2.1 - A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Presencial nº 005/2026, terá seu extrato publicado no site oficial do município, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.3 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

2.4 - Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. A Contratada deverá executar integralmente o objeto contratual, compreendendo o fornecimento de gases medicinais (oxigênio e hélio medicinal), bem como a disponibilização, instalação, manutenção e retirada dos equipamentos cedidos em regime de comodato, em estrita observância às disposições deste Contrato, do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços (quando aplicável) e da legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O fornecimento dos gases medicinais e a disponibilização dos equipamentos ocorrerão conforme a necessidade da Administração Pública, mediante requisição formal emitida pelo Departamento Municipal de Saúde ou por servidor legalmente designado, sendo vedada a execução dos serviços sem autorização expressa.

3.3. O fornecimento dos gases medicinais, bem como a entrega, instalação e disponibilização dos equipamentos em comodato, deverão ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da requisição formal.

3.4. Em situações de urgência ou emergência, devidamente justificadas e formalmente solicitadas pela Administração, o fornecimento poderá ocorrer em prazo inferior ao estabelecido no item anterior, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde e evitar prejuízos à população.

3.5. O fornecimento do objeto poderá ocorrer de forma parcelada ou integral, durante a vigência do contrato, conforme a conveniência e a necessidade da Administração, sempre mediante requisição formal.

3.6. A Contratada deverá fornecer os gases medicinais e disponibilizar os equipamentos de forma contínua, adequada, segura e eficiente, garantindo a qualidade, a segurança e a integridade do fornecimento, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades de saúde municipais.



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

3.7. A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas técnicas, sanitárias e regulamentares aplicáveis à fabricação, recarga, transporte, armazenamento, manuseio e utilização de gases medicinais, especialmente aquelas expedidas pela ANVISA, pelo Ministério da Saúde, pela ABNT e demais órgãos competentes.

3.8. Todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo materiais, insumos, mão de obra, transporte, fretes, seguros, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, não cabendo à Contratante qualquer ônus adicional.

3.9. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, profissionais capacitados e devidamente habilitados, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados por seus empregados, representantes ou prepostos, inexistindo qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.

3.10. A Contratada será integralmente responsável por quaisquer danos, prejuízos ou perdas causadas à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, própria ou de seus empregados, representantes ou prepostos, relacionados à execução do objeto, independentemente da fiscalização por parte da Contratante.

3.11. A Contratada deverá substituir ou corrigir, sem ônus adicional para a Administração e no prazo fixado pela autoridade competente, os gases medicinais, equipamentos ou serviços que apresentarem defeitos, irregularidades, desconformidades técnicas ou que forem rejeitados pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.12. Serão considerados como não prestados os serviços ou fornecimentos que apresentarem irregularidades, não atenderem às especificações técnicas exigidas ou estiverem em desacordo com os prazos estabelecidos, podendo ser rejeitados no todo ou em parte pela Administração.

3.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade civil, administrativa ou ético-profissional da Contratada pela segurança, qualidade e adequada execução dos serviços, nem a responsabilidade por irregularidades verificadas posteriormente.

3.14. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela Administração.

3.15. A Contratada deverá permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual pelo gestor ou fiscal designado, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

3.16. A Contratada deverá comunicar imediatamente ao Departamento Municipal de Saúde qualquer fato ou condição que possa atrasar, interromper ou comprometer a execução do objeto, total ou parcialmente.

3.17. É vedada a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, fabricantes, técnicos ou quaisquer outras entidades, permanecendo aquela como única responsável pela execução do objeto.

3.18. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a Contratada à

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

aplicação das sanções administrativas, multas e demais penalidades previstas no edital, neste contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.19. As alterações contratuais observarão os limites e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato sempre que comprovado o impacto decorrente de modificações que afetem a equação originalmente pactuada.

3.20 – Além das responsabilidades previstas nesta cláusula, obriga-se, ainda, o CONTRATADO a:

- a) Não transferir a terceiros, ou subcontratar, o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
- b) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração que ocorra na sua constituição jurídica.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, as cópias das guias de recolhimento dos encargos previdenciários, devidamente autenticadas, em sendo pessoa jurídica.
- d) Manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação exigidas.

3.21 - O descumprimento total ou parcial deste contrato, a execução parcial ou a inexecução do objeto licitado, resguardado o direito de defesa, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções ao CONTRATADO:

- a) Advertência, para pequenos atrasos na execução do contrato, não podendo estes ser superior a 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Multa moratória de 5% (cinco por cento) do valor contratado, sem prejuízo da rescisão do contrato, por cada infração cometida.
- c) Multa rescisória no valor de 1% (um por cento) do valor do contrato.
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, por prazo não superior a 3(três) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA por período que poderá variar entre 3(três) a 6(seis) anos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a entrega/fornecimento do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada por servidor responsável pelo recebimento;

4.2 - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal e com os seguintes dados:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA VINTE -MG
CNPJ nº 18.338.210/0001-50
Praça Major Francisco Cândido Alves, nº. 150, Centro
CEP- 37.7330-000 – Passa Vinte – MG
PROCESSO LICITATÓRIO nº 015/2026
PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° XX/2026

4.3 - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Prefeitura Municipal, que somente atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

4.4 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal.

4.5 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre o valor devido.

4.6 - Caso a Prefeitura Municipal antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

4.7 - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços, com suas alterações e regulamentações posteriores.

4.8 - No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida judicial constante do art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

4.9 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

5.1.1 - Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, ocorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

5.1.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

5.1.3 - Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

5.1.3.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.1.3.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

5.1.4 - Se ocorrer do preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.1.4.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.1.4.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.1.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.1.6 - O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

5.1.6.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.1.6.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.6.3 - Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.1.6.4 - Sofrer sanção prevista no art. 156º, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

5.1.7 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.1.7.1 - Por razão de interesse público; ou

5.1.7.2 - A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1 - Nos valores registrados quanto aos serviços a serem executados, incluem-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento do Município, da seguinte forma:

- 3.3.90.30.00.2.06.01.10.301.0010.2.0044 1.500.000 DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, são obrigações:

8.2 - Da Fornecedora/Beneficiária:

- a) Executar os serviços conforme consta no Anexo I deste Edital (Termo de Referência);
- b) Substituir, por sua conta, no total ou em parte, os módulos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços e/ou de materiais empregados;
- c) Comunicar à Prefeitura de Passa Vinte qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- d) Permitir ao gestor da Ata de Registro fiscalizar os serviços que estiverem sendo executados prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

8.2.1 - Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, direitos autorais, cachês artísticos, alimentação, transporte de pessoas, transporte de equipamentos e instrumentos, não existindo, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos e o Município de Passa Vinte.

8.2.2 - Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

8.3 - Do Órgão Gerenciador:

8.3.1 - O Município de Passa Vinte depois de encaminhada a Autorização de Fornecimento, compromete-se - a:

- 8.3.1.1. - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 8.3.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.1 - Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- g) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
- h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

9.1.2 - Pela Detentora quando:

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

9.1.3 - A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços pelo Município.

9.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

9.3 - Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

9.4 - Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9.5 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.6 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Rege-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preço, fica eleito o Foro da Comarca de Aiuruoca – MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2 - Justos e acordados firmam o presente, em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Passa Vinte/MG, XXX de XXX de 2026.

Prefeitura Municipal de Passa Vinte -MG
CNPJ 18.338.210/0001-50
CONTRATANTE

EMPRESA DETENTORA DA ATA
CNPJ
REPRESENTANTE DA EMPRESA
CPF



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com



Prefeitura Municipal de Passa Vinte – MG

CNPJ 18.338.210/0001-50

Telefax: (32) 3295-1131 ou (32) 3295-1201

ANEXO VII

DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

A empresa ou, inscrita no CNPJ sob nº, sediada ou domiciliada na, cidade de, estado, telefone(s)....., e-mail para contato, neste ato representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,

1- DECLARA, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital do Pregão Presencial nº 005/2026, assim como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

2 - DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

2.1 - Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

3 – DECLARA, que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

4 – DECLARA, que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

5 – DECLARA, que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

6 – DECLARA, que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7 – DECLARA, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas conforme inc. IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

8 - DECLARA que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA VINTE – MG a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente.

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Praça Major Francisco Cândido Alves, nº 150, Centro, CEP 37.330-00

Passa Vinte – MG

TEL.: (32) 984089823 / (32) 984095581

Email: pmpvinte@gmail.com / licitacaopassavinte@gmail.com